

O ACORDO DE ACCRA SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA E CIDADANIA

INTRODUÇÃO POR: LAMIN SANNEH

UMA INICIATIVA DA SÉRIE: OXFORD STUDIES IN WORLD CHRISTIANITY

Introdução

Por: Lamin Sanneh

Líderes religiosos na África foram impelidos a pensar muito sobre a questão Igreja e Estado por causa da escala e urgência das crises que envolveram suas sociedades. A constante instabilidade política erodiu a confiança nas instituições públicas, enquanto a corrupção e moral complacente minaram a confiança e o senso de segurança. Os recentes conflitos acontecidos da Tunísia, Argélia, Egito e Líbia, onde cidadãos comuns se levantaram demandando uma voz no governo estabelecido para governar sobre eles têm trazido esperança a vítimas de opressão e tirania em muitas outras partes do continente. A ameaça crescente à ordem civil junto com as divisões e diferenças entre as próprias comunidades religiosas têm desafiado líderes religiosos a oferecer uma resposta à crise crescente.

As instituições religiosas na África não têm a condição nem os recursos materiais para fazer diferença significativa na vida prática de seus cidadãos e, a não ser que abandonem sua vocação religiosa e se insinuem em política partidária, líderes religiosos muitas vezes se veem empurrados para as margens, tendo sua voz suprimida ou simplesmente não ouvida. Muitos observadores têm notado como os ministros religiosos têm sido cooptados em troca de ofertas para servir como capelães morais para os que estão no poder, resultando na transformação da força moral das igrejas numa mera galeria política. A causa da boa governança é prejudicada pela diminuição da esperança na população e incentivo ao poder arbitrário. Em longo prazo, o abuso ditatorial contínuo espalha o desencanto e acende a demanda por mudança.

Em muitos destes países, as instituições religiosas tem sido as únicas estruturas viáveis que sobrevivem ao colapso das instituições do estado, incluindo os órgãos que representam a lei e a ordem. Tendo em vista sua resiliência e a influência crescente, as instituições religiosas são uma fonte importante de esperança num momento de grandes incertezas. A disposição dos líderes religiosos de dar voz ao desespero popular e lutar pela causa da paz, justiça e reconciliação, dá às instituições religiosas um voz importante e um papel público relevante. A escolha que se faz não é mais entre a unção religiosa aos poderes ditatoriais de um lado, e no outro a indiferença moral. Não é mais uma escolha entre indignação moral ou subjugação, mas agora é uma escolha entre o desespero e a esperança. O fato de que o governo é necessário não significa que tirania é inevitável. Se tivermos democracia com as devidas salvaguardas, podemos ter uma coisa sem a outra. Deixado à revelia, o status quo é destrutivo, e por isto, insustentável.

Esta é a gravidade da escolha que os líderes religiosos têm que fazer. Um número grande de cidadãos que se identificam como religiosos viram vidas serem ceifadas e tem sua condição de vida prejudicada pela tirania política e malfeitorias públicas das classes governantes. A sua cidadania pode ser considerada como uma cidadania dupla. Eles são cidadãos de seus países, mas também são crentes, e este status pode significar que eles não veem conflito entre o dever que têm diante de Deus, e o dever que devem aos seus compatriotas. Não é o caso de escolher entre uma coisa e outra. Ao invés disto eles sentem que os governos tem que responder à vontade e ao consentimento dos

cidadãos como a justificação principal de sua existência e, além disto, respeitarem a consciência de todos. O Estado não pode obrigar seus cidadãos à obediência e lealdade como justificação de sua existência, e não pode proibir ou compelir cidadãos a amar a Deus e ao próximo. A devoção que os Africanos têm à religião, acompanhada de um envolvimento ativo na vida civil, mostra que pessoas podem ter uma cidadania dupla, levando a sério seu papel como cidadãos civis e como crentes, e que isto não fere a separação essencial entre Estado e Igreja.

As circunstâncias de extremo fracasso político e, ao mesmo tempo, o crescimento da devoção religiosa, criaram a necessidade de que líderes religiosos apresentassem ideias novas de como restaurar a confiança no direito dos cidadãos na decisão de seu destino político, e de como afirmar o crucial papel da religião na canalização do dever de cada crente em relação a Deus e ao próximo. Religião e política se encontram no fato de que o cidadão e o crente são uma pessoa, mas também no fato de que a vontade e o consentimento do cidadão nascem da consciência que é mesmo fundamento de sua fé. Nem todos os cidadãos são crentes, mas todos os crentes são cidadãos. E este status duplo coloca sobre o crente a obrigação dupla de sustentar a lei e a ordem do Estado e de também respeitar sua própria consciência em obediência a Deus.

Estas reflexões são o contexto do Acordo de Accra sobre Liberdade Religiosa e Cidadania. Na conferência que se reuniu em Gana, na capital Accra, em Julho de 2010, o assunto das relações Cristão-Muçulmanas na África levou à consideração da tradição muçulmana da fé e ordem pública e a um reconhecimento geral da necessidade de se desenvolver, a partir da perspectiva cristã, uma declaração sobre a liberdade religiosa e a cidadania que poderia guiar o debate corrente para além da estagnação em que se encontrava. A prescrição Islâmica para a reconstrução religiosa da sociedade não tinha uma versão paralela na África cristã. A possível exceção que prova a regra pode ser o Apartheid da África do Sul. O Novo Testamento não nos dá uma receita para o estado religioso, e a experiência da igreja primitiva parece apontar para uma retirada da esfera pública ao invés da mobilização política, parecida com o *hijrah*, o conceito islâmico de *jihadfisabil li-llahi*, “luta no caminho de Deus”. No entanto, as Escrituras, assim como a tradição cristã, nos deram importantes modelos da ordem pública, particularmente de como a fé nos investe desta identidade dupla de pessoas criadas à imagem e semelhança do Criador e como cidadãos ou súditos de César. O Acordo de Accra afirma esta herança dupla da fé e a causa do bem comum como baluarte como a tirania e o hedonismo.

O Acordo de Accra sobre Liberdade Religiosa e Cidadania

Preâmbulo

Nós, os assinantes deste documento, nos reunimos na cidade de Accra, no país de Gana, de 24 a 26 de Fevereiro de 2011, para testemunhar a favor de nossa cidadania dupla como crentes e como membros das sociedades e nações africanas. Nós decidimos refletir sobre esta dupla cidadania num tempo em que estas responsabilidades se tornam imperativas em todo o continente. Representando muitas tradições cristãs diferentes, viemos de nações como a Costa do Marfim, onde a nuvem da guerra civil paira ameaçadora, e onde a lealdade religiosa é tão dividida quanto a lealdade política. Viemos da Nigéria onde extremistas religiosos de diversas tradições colocam em perigo a paz tênue, e onde o governo se esforça para manter a lei e a ordem, e viemos também da nação mais nova entre nós, o Sudão do Sul, onde a esperança se acende entre pessoas de diversas tradições de fé, para alcançar a reconciliação para uma vida pública mais justa. Nenhum de nós veio do norte da África, mas os nossos corações e orações se unem aos nossos irmãos africanos do norte, principalmente com aqueles que publicamente se manifestaram para rejeitar as tiranias e para melhorar o bem comum.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que governos e sociedades são apenas arranjos provisórios, porque pela fé vivemos em nossos países enquanto olhamos para “a cidade que tem alicerces magníficos, da qual Deus é o arquiteto e edificador.” (Heb 11:9-11) Como cristãos, sentimos uma necessidade especial de afirmar a adoração do Deus vivo e apontar o caminho para o reino de Deus, enquanto ao mesmo tempo reconhecemos e respeitamos os governos debaixo dos quais pessoas de todas as tradições de fé vivem como cidadãos e companheiros e honramos os governantes sem deixar de servir e temer a Deus (1pe 2:16-17). Estamos profundamente convencidos de que a fé serve como a expressão humana mais nobre em contextos em que somos todos livres para seguirmos nossa convicção religiosa e também livremente servirmos ao bem comum (Gal 5:13); onde governos asseguram a paz e a ordem do bem ensinada pelas grandes religiões de fé; e onde governos oferecem a seus cidadãos o direito de viver livremente e prestam contas ao povo por seus atos.

Introdução: Fé, Liberdade e Serviço.

Nós reconhecemos que somos criados para viver em comunidade, e como tal, somos dotados de direitos e responsabilidades que nos permitem criar uma sociedade cujo propósito é perpetuar a vida e nutrir o seu florescimento. Por causa da soberania divina, vivemos nossa vida como membros da nossa comunidade religiosa, enquanto como cidadãos, conduzimos nossos dias sujeitos ao Estado. (1PE 2:13-14).

Enfatizamos a sobreposição de nossas obrigações de cidadãos duplos chamando a atenção para a base moral da nossa formação em família e em comunidade, e para as relações mais amplas que a sociedade e o governo requerem. De maneiras distintas, a soberania de Deus e a soberania da nação-estado demandam nossa lealdade sem se excluírem mutuamente.

Ao contrário nossas obrigações como membros de nossas comunidades religiosas complementam e expandem nossa obrigação e papel como cidadãos. Nossa cidadania dupla reconhece a complementaridade de nosso papel como crentes e como cidadãos no qual a liberdade se torna a conexão entre os dois. As Escrituras se preocupam em afirmar a necessidade de honrarmos aos governantes e aos nossos companheiros sem parar de servir e temer a Deus. (1 PE 2:16-17).

Para a religião, a liberdade surge da consciência do cristão enquanto que para a nação-estado, liberdade brota da vontade e do consentimento dos cidadãos. Liberdade religiosa é inseparável das questões de cidadania e governo. Nós somos comandados por nossa liberdade para servirmos uns aos outros.

Nascidos para crer

Quando refletimos em quem somos e no propósito de nossa existência, somos constrangidos a nos tornarmos conscientes do Criador como a origem de toda vida, e de toda a liberdade e responsabilidade que carregamos como pessoas e como sociedade. Os deveres e direitos que possuímos surgem do reconhecimento de que Deus tem nos providenciado os meios para nosso florescimento. (Sal 8:6-8) São eles:

- Nossos pais são o canal da vida, da nutrição e sustento.
- A herança e o parentesco que nos ancora e forma.
- A língua-mãe nos dá a consciência de identidade.
- As sociedades que nos formam, sustentam e nos dão senso de pertencer.
- Os relacionamentos são o que nos vinculam uns aos outros, nos envolvendo com direitos e deveres recíprocos.

Religião, Estado e Sociedade.

Como pessoas, aprendemos que o ser parte de uma família combina com a vida de solidariedade a todos os outros seres humanos. Nascer em relacionamento é o passo para se crescer em relacionamento e amadurecer em responsabilidade. Trazemos este entendimento coletivo de nossa perspectiva relacional sobre a sociedade, nos permitindo compartilhar os privilégios e as responsabilidades do pertencimento a um grupo familiar extenso, e o de submeter às leis e regulamentos do governo, criadas para nossa segurança e proteção. O comando bíblico para que cuidemos uns dos outros é a corda que une a Igreja, a sociedade e o Estado. (1 Cor 12:25-26)

Como pessoas religiosas, estamos atentos ao Criador e expressamos isto através da adoração e da mesma maneira com a nossa responsabilidade com o interesse coletivo através de reuniões de grupos e associações, às quais pertencemos por livre vontade. O impulso moral que nos obriga a nos submetemos uns aos outros oferecem a base para a instituição de um governo

civil que respeita a vida, a propriedade, que é capaz de conter o mal, punir o malfeitor, manter a justiça para que a virtude e o empreendedorismo possam florescer através do esforço individual. (Prov 8:15-17, Sal 128:2).

Pela natureza do caso, estabelecido livremente, e através do consentimento comum, governos não podem fazer mais do que criar ambientes para que o bem floresça. Precisamos de outros meios para produzir valores essenciais para o progresso moral. (Gal 5:22-23, Ef 5:9).

Neste propósito, os crentes tem que buscar prover para suas próprias necessidades e desejos e convocar a todos para que provejam para a necessidade daqueles de menos fortuna do que eles mesmos. Pelo seu exemplo vão inspirar em outros o dever de “praticar a justiça, amar a benignidade, e andar humildemente com o teu Deus...” (Miq 6:8) Certamente, o governo que é instituído como um meio de nos trazer a benção da liberdade vai permanecer legítimo apenas se se submeter aos valores da regra da lei, com equidade, misericórdia e moderação.

Cidadania Dupla, Herança Dupla.

Os deveres obrigações e privilégios da cidadania dupla incluem o seguinte:

- Afirmamos que a relação recíproca entre família nuclear e extensa onde a igualdade moral do “dar e receber” prevalece entre seus membros, exemplifica o modelo de cidadania onde todos são igualmente sujeitos às regras da lei. (Heb 13:17)
- Porque governos existem por nossa própria vontade e servem nossas vidas para que tenhamos tranquilidade e ordem pública, nós afirmamos que os cristãos tem o dever moral de sustentar o governo e orar por seus governantes. Sustentar o Estado é uma questão de obrigação moral e não uma questão meramente de oportunismo político. (1 Tim 2:1-2)
- Nós afirmamos que a cidadania civil, no entanto, não é a plenitude de nosso status como seres morais, porque o Estado não é um substituto para a Igreja, esta sim, um edifício de valor humano, liberdade e bem estar.
- Nós afirmamos que nossa dupla cidadania reflete a complexidade de nossa herança dupla através de prover para a nossa luta diária debaixo da lei humana e em obediência ao Criador de todos nós.
- Nós afirmamos que a cidadania civil tem raiz em nossas necessidades e desejos, enquanto a nossa condição de cristãos se origina na nossa natureza e dignidade de seres humanos morais.
- Nós afirmamos que, ligados por laços morais, a cidadania é a ideia que nos chama a uma afinidade com os valores morais do Criador, nós somos quem somos por causa da imagem e semelhança do Criador.

- Nós afirmamos nossa herança dupla através de reconhecer as duas esferas de soberania política e de soberania divina, uma delegada a governantes terrenos e a outra reservada a Deus e seus ministros.

Nós afirmamos que quando as obrigações da cidadania civil estiverem em direta oposição à sua consciência cristã, elas também se tornam uma violação à lei de Deus. Nós afirmamos também que a violação da consciência tem um impacto deletério no Estado e na sociedade. Quando a liberdade religiosa é negada, o governo democrático se enfraquece e a ordem pública é enfraquecida.

Liberdade, Raiz, e Ramos.

Como uma questão de consciência individual e do bem comum, nós afirmamos o seguinte:

- Nós afirmamos que a liberdade está no centro do conhecimento e da adoração a Deus e nas raízes do que nos torna pessoas morais, capazes de viver em sociedade.
- Nós afirmamos os direitos fundamentais de escolher que religião seguir, e de adorar a Deus com liberdade em particular ou em público.
- Nós afirmamos a liberdade da pessoa e da propriedade como fundamentos de nossa participação na Igreja, Estado e sociedade.
- Nós rejeitamos o uso da coerção e repressão na questão de religião, afiliação política e escolhas de ordem pessoal.
- Nós afirmamos a igualdade dos cidadãos, homens e mulheres, diante da lei.
- Nós afirmamos os direitos dos pais em criar, educar e guiar seus filhos.
- Nós afirmamos que o amor de Deus e ao próximo é a fonte de virtude cívica e uma rede de segurança para o órfão, a viúva, o marginalizado, o estrangeiro, e é também a base para o serviço na Igreja no Estado e na sociedade.
- Como populações minoritárias ou majoritárias, nós repudiamos o uso do poder da justiça institucional contra as questões da consciência (1 Cor 6:106). Nos opomos a este mau uso do poder para ganho partidário.
- Como cidadãos e cristãos, nós reconhecemos a religião como nossa submissão e serviço ao Criador e, portanto, afirmamos que repudiamos o uso da força e da violência, no reconhecimento de que todos os cidadãos tem o direito do livre exercício de sua religião guiados pelos ditames de sua consciência (João 4:24). O governo não pode impor nem proibir, favorecer ou coibir, o estabelecimento da religião.
- Nós afirmamos que o que nos torna “um” em Deus é abençoado e enriquecido pela nossa diversidade, que somos todos companheiros seres humanos até dos que não pertencem à nossa tribo, etnia, raça, nacionalidade, credo, ou comunidade. Somos

ligados uns aos outros através de nossas alegrias ou aflições, ainda que nossa situação e circunstâncias sejam muito diferentes. (Atos 17:24-28)

- Nós sustentamos a liberdade de religião não como uma desculpa para dividir, separar, e explorar, mas como uma razão para convocar a consciência de todos em nome de nosso dever mútuo como cristãos e cidadãos no exercício da paciência, caridade e cuidado uns pelos outros (1 Coríntios 3: 10, 7:21-24; 1 Pedro 3:8-9). Desta maneira o espírito de benevolência pode ser estimulado para elevar a nossa sociedade a serviço da retidão civil. Prestamos todos contas ao Criador e a nossos companheiros humanos para este alvo e nada mais do que ele. (Filipenses 1: 9-11)

Temporal e Espiritual

Os dois mundos são nossos, o mundo temporal e o espiritual (Romanos 12: 1-2), e os dois nos requerem a obrigação moral de buscar o amor por Deus e pelo próximo.

Porque os governos são investidos de autoridade temporal devemos a eles oração e apoio. Na nossa peregrinação terrestre para a Cidade de Deus, para uma vida além desta vida (Hebreus 13:14), nossa obediência a Deus nos comanda a promover a retidão e o serviço cívico.

A perfeição no reino celestial requer aprendizado no reino terrestre para formação de tolerância e apreciação mútuas (2 Timóteo 2:22. Efésios 4:3). Crentes tem o dever de ser produtivos e leais por princípio, não para ganho político, mas para exemplo de uma cidadania moral que se torna um auxílio valioso da boa governança (Tito 3:1, 2 Pedro 2:13-14). Sim, nós não podemos esquecer que as limitações de nossa natureza finita, assim como as nossas tendências naturais, oferecem lições profundas sobre os perigos de um poder sem limites e sobre o pecado da auto adoração (Isaías 13:11, Mateus 20:25-28, Colossenses 3:12, 1 Pedro 5:5-6, Tiago 4:6) Nações servem o propósito de Deus em avançar o bem estar da família humana, mas elas também podem prejudicar este propósito quando se põem contra a liberdade religiosa.

Recapitulando:

- Nós reconhecemos os meios pelos quais Deus provê nossa prosperidade e florescimento incluindo nossos pais que nos deram vida, nos nutriram e nos protegeram.
- Nós afirmamos nossos irmãos e irmãs com quem temos aprendido a arte de ser comunidade e o amor à família que dá solidez à nossa personalidade.
- Nós afirmamos os idiomas que aprendemos em casa, na escola e nas vizinhanças, que enchem nossas mentes de tudo o que é precioso e que aprendemos desde cedo na vida.
- Nós reconhecemos o papel dos eventos sociais, do nascimento, ritos de passagem e de pertencimento, casamento, e os ritos de final da vida e celebrações de aniversário,

assim como os relacionamentos e amizades que nos sustentam como indivíduos e como comunidades.

- Nós abraçamos a liberdade inscrita na nossa natureza moral e social como alicerce principal de um governo responsável que preserva retidão e integridade civis.
- Nós reconhecemos em nosso papel de crentes e cidadãos a necessidade do fundamento comum que é a liberdade.
- Nós afirmamos nosso lugar no propósito de Deus para toda a criação e nossa solidariedade com nossos companheiros seres humanos.
- Nós sustentamos que o governo deve estar debaixo da lei para que seja possível a segurança e proteção de todos.
- Nós afirmamos a família e as virtudes civis do lar e sociedade como a fundação de todo empreendimento, comunidade e bem comum.
- Nós afirmamos nossa cidadania dupla diante de Deus, e os privilégios temporais, espirituais e os deveres que pertencem a nossa herança no tempo presente e na eternidade.
- Nós declaramos e proclamamos a liberdade religiosa como o alvará de cidadania e solidariedade num mundo de transformações rápidas que sobrepõem direitos e responsabilidades.

Assinantes

Most Rev. Dr. Robert Aboagye-Mensah
Immediate Past Presiding Bishop
Methodist Church Ghana
Vice-President of All Africa Conference of Churches
(AACC) for West Africa,
Accra, Ghana

Rev. Dr. J. Kwabena Asamoah
Dean of Graduate Studies
Trinity Theological Seminary
Legon, Ghana

Rev. Dr. John Azumah
Director Centre for Islamic Studies
London School of Theology
London, UK

Dr. John J. Bonk
Executive Director
Overseas Ministries Study Center
New Haven, Connecticut, USA

Rev. Dr. M. Douglas Carew
Vice Chancellor, Africa International University
(Formerly Nairobi Evangelical Graduate School of Theology – NEGST)
Nairobi, Kenya

Professor Joel A. Carpenter
Director Nagel Institute for the Study of World Christianity
Calvin College,
Grand Rapids, Michigan, USA

Dr. Kouassi k. Célestin
Academic Director, FATEAC
Abidjan, Côte D'Ivoire

Rev. Dr. Isaiah Majok Dau
Principal, Nairobi Pentecostal Bible College
Nairobi Kenya

Rev. Dr. Michael Glerup
Executive Director
Center for Early African Christianity

Eastern University
St Davis, Pennsylvania, USA

Dr. Desta Helisio
Director
Ethiopian Graduate School of Theology
Addis Ababa, Ethiopia

Rev. Dr. David Nii Anum Kpobi
Senior Lecturer,
Trinity Theological Seminary
Legon, Ghana

Rev. Dr. Matthew Kukah
Vicar General,
Catholic Archdiocese of Kaduna
Nigeria

Rev. Willy Michel Libambu
Catholic Faculties of Kinshasa
Democratic Republic of Congo

Mr. Philip I. Lundman
President,
Lundman Family Foundation, Inc.
Fredonia, Wisconsin USA

Dr. Mercy Amba Oduyoye
Director
Institute of Women in Religion and Culture
Trinity Theological Seminary
Legon, Ghana

Most Rev. Dr. John Olurunfemi Onaiyekan
Roman Catholic Archbishop of Abujah
Abujah, Nigeria

Rev. Dr. Benhardt Yemo Quarshie
Rector, Akrofi-Christaller Institute of Theology Mission and Culture
Akropong, Ghana

Prof. Lamin Sanneh
D. Willis James Professor of Mission and World Christianity
Yale Divinity School
Professor of History Yale College
New Haven, Connecticut, USA

Dr. Tite Tiénou

Dean and Senior Vice-President of Education
Trinity Evangelical Divinity School
Deerfield, Illinois, USA

Professor Andrew F. Walls
Prof. Emeritus of the Study of the World Christianity in the the Non-Western World
University of Aberdeen and University of Edinburgh
Edinburgh, Scotland, UK